

DISPUTAS ENERGÉTICAS NO MAR DE TIMOR

«Timor Gap»

Em 1971 e 1972, a Austrália e a Indonésia concluem acordos para o estabelecimento de fronteiras marítimas. O princípio-base destes acordos é o da «plataforma continental», que favorece a Austrália. Portugal não participa nos acordos e as fronteiras entre Timor e a Austrália não ficam concluídas, dando origem ao *Timor Gap*.

Início das negociações Austrália-Indonésia

Depois de a Austrália ter reconhecido, *de facto* e *de jure*, a ocupação indonésia de Timor têm início, em 1979, as negociações para o estabelecimento de uma fronteira marítima na zona do *Timor Gap*.

Tratado *Timor Gap*

A Austrália e a Indonésia assinam o tratado que estabelece a Zona de Cooperação entre Timor e a Austrália, a norte da linha média entre as duas costas, e a exploração conjunta das três zonas que a compõem. Os signatários do tratado dividem os rendimentos da exploração da Zona A numa base 50-50. As receitas da exploração das Zonas B e C são divididas numa base 90/10, sendo favorecido o país mais próximo de cada zona.

Memorando de Entendimento

É assinado um Memorando de Entendimento Interino entre a Austrália e a UNTAET, em Fevereiro de 2000. O Memorando continua o Tratado *Timor Gap*, substituindo a Indonésia pelo recém-independente Timor-Leste. Os rendimentos da produção de gás e petróleo na Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto (antiga Zona de Cooperação) são divididos entre os dois países numa base 50-50. Este Memorando é substituído pelo Acordo do Mar de Timor, assinado pela UNTAET e Mari Alkatiri e a Austrália, em 5 de Julho de 2001. Segundo o Acordo, Timor-Leste recebe 90% das receitas provenientes da exploração de gás e petróleo na Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto (ADPC) e a Austrália 10%.

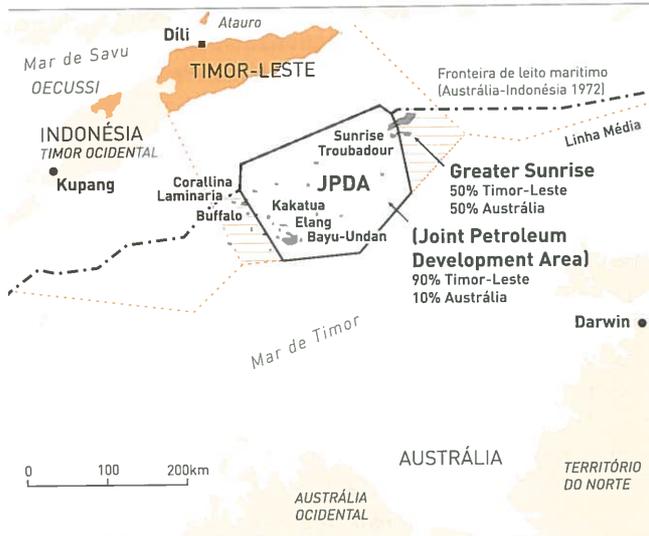
Tratado do Mar de Timor

Timor-Leste e a Austrália assinam – no dia da independência de Timor-Leste, 20 de Maio de 2002, e dois meses depois de a Austrália se ter retirado da secção do Tribunal Internacional de Justiça que trata das disputas relacionadas com as fronteiras marítimas – o Tratado que substitui, sem alterar a sua substância, o Acordo de 2001. O Tratado esclarece que o maior depósito de gás – *Greater Sunrise* – ficará 20.1% dentro da ADPC e 79.9% em território australiano. Por resolver, fica a questão das fronteiras marítimas.

Acordo Internacional de Unificação

As negociações iniciaram-se em Julho de 2002, entre Timor-Leste e a Austrália, para a conclusão de um Acordo Internacional de Unificação (AIU) sobre o *Greater Sunrise*, que deci-

RECURSOS ENERGÉTICOS DE TIMOR-LESTE



de como são divididos os rendimentos da exploração de gás (50-50) e determina o regime fiscal para aquela zona. Até à assinatura deste acordo, a Austrália protelou a ratificação do Tratado do Mar de Timor, ratificado por Timor-Leste em Dezembro de 2002. O AIU foi assinado a 6 de Março de 2003, no mesmo dia em que o parlamento australiano ratificou o Tratado do Mar de Timor. O AIU ainda não entrou em vigor: o parlamento timorense ainda não ratificou o acordo.

Negociações sobre as fronteiras marítimas

A primeira ronda de negociações para o estabelecimento de fronteiras marítimas no Mar de Timor tem lugar em Díli, em Abril de 2004. As negociações arrastam-se por sucessivas reuniões, que se estendem até Maio de 2005, mas só a Austrália proclama a chegada a um acordo.

Tratado sobre Determinadas Disposições Marítimas no Mar de Timor

O tratado é assinado a 12 de Janeiro de 2006, entre a Austrália e Timor-Leste, em Sydney, que incorpora e modifica o Tratado do Mar de Timor de 2002 e o AIU de 2003. A decisão sobre as fronteiras marítimas permanentes entre a Austrália e a Timor-Leste fica definitivamente adiada para o fim do tratado, que terá uma duração de 50 anos. A disputa sobre as áreas que se situam fora da ADPC fica resolvida com a aceitação de Timor-Leste das actividades petrolíferas desenvolvidas pela Austrália naquelas zonas. A base legal para estas actividades é a legislação que estava em vigor antes de 19 de Maio de 2002. As receitas fiscais provenientes da exploração do *Greater Sunrise* serão iguais para ambas as partes, de tal forma que a Austrália fica obrigada a pagar a Timor-Leste a diferença (a maior parte desta reserva fica em território australiano), para que ambos recebam receitas equivalentes. O tratado ainda não foi ratificado.